



JUSTIÇA

PROCESSOS

235

dias que em média demoram inquéritos
 Retirando os inquéritos contra desconhecidos, que são arquivados com mais rapidez, os inquéritos no DIAP Porto têm duração média de 333 dias.

500 mil inquéritos
 No ano passado, o DIAP Porto abriu cerca de 76 mil inquéritos. A nível nacional, foram abertos cerca de 500 mil.

Partilhar informação

"A partilha abre horizontes. Não podemos continuar a combater a criminalidade utilizando métodos de outras eras", declarou António Ventinhas, presidente do SMMP, que sublinhou a Conferência Europeia da Associação Internacional de Procuradores como "o primeiro grande evento promovido pelo Ministério Público em duas décadas no Norte do país", tal como o autarca do Porto, Rui Moreira.

Ministério Público obrigado a pedir autorização para perícias



Lucília Gago e Rui Moreira intervieram na abertura da conferência da Associação Internacional de Procuradores, no Porto. Diretor do DIAP Porto, João Rato (em cima), lamentou a ausência de orçamento próprio do Ministério Público

Inquéritos parados à espera de verba para perícias, denuncia diretor do DIAP do Porto. MP sem orçamento próprio

Tiago Rodrigues Alves
 tiago.alves@jn.pt

JUSTIÇA A necessidade de o Ministério Público ter de pedir autorização ao Governo para efetuar perícias sempre que ultrapassam a verba prevista na lei é um dos problemas pendentes no sistema jurídico penal português, denunciou ontem o diretor do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) do Ministério Público (MP) do Porto. Na sua intervenção na 17.ª Conferência Europeia da Associação Internacional de Procuradores, João Rato salientou que o MP "não tem orçamento próprio", o que prejudica os processos que necessitam de perícias de entidades privadas.

O diretor do DIAP do Porto exemplificou com um processo urbanístico que se encontra parado naquele departamento, à espera de verba para uma pericia arquitetónica. Custa cinco mil euros. "O Ministério Público não tem orçamento próprio. Quando a verba necessária ultrapassa o que está previsto na lei, mesmo que sejam valores de mercado, temos de perguntar se há cabimento orçamental e, depois, se nos autorizam a gastar essa verba", lamentou João Rato.

O procurador frisou que a situação melhorou após o Tribunal Constitucional, em 2007, ter declarado ilegal o custo tabelado das perícias. Porém, apesar de "relativamente atenuado", o problema continua a ocorrer sempre que não se pode recorrer a organismos públicos para perícias, em face da falta de orçamento próprio. E assim há inquéritos - crime que ficam parados à espera de autorização.

Ainda relacionado com o tema das perícias, João Rato frisou a ne-

CASO BERARDO
"É difícil a justiça atuar quando já passou tanto tempo"

Na conferência aberta por Rui Moreira, presidente da Câmara do Porto, e Lucília Gago, procuradora-geral da República, o presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) lamentou que, em vários casos, os factos só cheguem do Ministério Público muito tempo após a sua ocorrência. António Ventinhas recusou pronunciar-se sobre o caso de Joe Berardo, mas frisou que "são factos ocorridos há muitíssimos anos e que só agora estão a seguir para a justiça". E antecipou que "é difícil a justiça atuar quando já passou tanto tempo".

cessidade de "uma clara distinção legal e jurisprudencial entre prova pericial e prova documental".

NOMEAR PROCURADORES

O procurador também fez questão de lançar algumas sugestões e soluções para melhorar a justiça. Salientando que a fase de inquérito (de investigação e recolha de prova) é decisiva para qualquer pretensão de sucesso nas fases judiciais (de instrução e julgamento), realçou a necessidade de articulação, planificação e calendarização, com as polícias, de todas as ações de recolha de prova. "Assumir a verdadeira direção do inquérito", sintetizou.

Outra sugestão lançada pelo diretor do DIAP Porto é que a hierarquia tenha mais vezes em conta o poder de nomear o procurador ou procuradores que estiveram na fase de inquérito para acompanhar julgamentos, mais ainda quando os processos são cada vez mais complexos e vastos. "Seria um ganho extraordinário", garantiu João Rato. ●